

Revista  
**IDeAS**

**Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**

---

## O drama da instalação das famílias agricultoras na frente pioneira amazônica

Glauca de Sousa Moreno<sup>1</sup>

Gutemberg Armando Diniz Guerra<sup>2</sup>

### **Resumo**

*O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar a expressão do sofrimento vivenciado por assentados de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na mesorregião sudeste paraense, Brasil. Pretende-se revelar os elementos que permitiram a resistência de 16 famílias de migrantes oriundos principalmente do nordeste brasileiro, durante um ano e nove meses de luta em acampamentos e ocupações para conseguirem um lote de 25 hectares no assentamento Palmares II, no qual vivem desde 1996. Para obtermos os elementos contidos nas entrevistas usamos a análise de conteúdo resgatado através de narrativas contadas pelos assentados com o*

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Docente Substituta no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal do Pará – Campus de Marabá.

<sup>2</sup> Pós-doutor pela Columbia University in New York City. Docente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará.

*intuito de remontar a história vivenciada por estas famílias durante o processo de conquista e resistência na terra.*

**Palavras-chave:** *Reforma Agrária, Movimento Social, Memória, Brasil.*

### **Abstract**

*This paper objective is to demonstrate the suffering expression lived by assentment agrarian reform people of the Landless Workers Movement (MST) of Pará southeastern mesoregion, Brazil. It propose to reveal the factors which made the resistance of 16 migrant families, mainly from the northeast of Brazil, during one year and nine months of fighting in camps and occupations to get a 25 hectares lot in Palmares II settlement, in which they live since 1996. To obtain the elements contained in the interviews was made the use of oral history and collective memory of the settlers in order to trace the history experienced by these families during the process of conquest and resistance in the land.*

**Keywords:** *Agrarian Reform, Social Movement, Memory, Brazil.*

## **1. Introdução**

O material apresentado neste artigo é produto de pesquisa realizada com assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, atuante a partir da década de 1990, no Estado do Pará. Antes de mergulharmos especificamente na expressão de sofrimento vivenciado por estes atores da reforma agrária, cabe breve comentário sobre a formação do MST no Brasil para destacar a natureza do sofrimento e a dramaticidade enfrentada durante o processo de conquista da terra por meio da reforma agrária, ainda que este aspecto não seja exclusivo a ocupações feitas por esta organização.

O MST nasceu de um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurada durante o período do regime militar brasileiro (1964-1985). Este processo é representado pela luta contra a expropriação e contra a exploração promovida no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Na década de 70 do século XX, no sul do país, “o fenômeno da introdução da soja agilizou a mecanização da agricultura e como consequência expulsou do campo, de maneira muito rápida, grande contingente populacional naquela época” (STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 15). Rompendo com as estruturas, desafiando-se e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais iniciam um processo de conquistas na luta pela terra (FERNANDES, 1996, p. 66), que outrora já havia se iniciado por representantes dos movimentos de caráter messiânico e as Ligas Camponesas. Na mesma década há a expressão de insatisfação em diversos setores das cidades e dos campos. O MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas experiências de lutas populares urbanas, mas com perspectivas de retorno ao meio rural. Para Caldeira (2008), *the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra is one of the most prominent rural or agrarian reform movements in the world.*

O movimento encontrou embasamento em movimentos sociais anteriores com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964, representados pelas Ligas Camponesas, pelo Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)<sup>3</sup> e pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Segundo Stédile e Fernandes (2005), a semente para o surgimento do MST já estava lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra. Neste sentido, propõem associar o Movimento Sem Terra ao exemplo de Sepé Tiaraju e da comunidade Guarani em defesa de sua Terra sem Males (1750-1756), da resistência coletiva dos quilombos, em todo o país, tendo como exemplo o de

---

<sup>3</sup> O MASTER se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de 100 mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, desapropriadas pelo governo estadual. O surgimento do MASTER aconteceu durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), que apoiou e estimulou o movimento, desarticulado, no entanto, em 1964 com o golpe militar (ECKERT, 2009, p. 71).destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam que fossem

Palmares (1580-1710), de Canudos (1896 e 1897), no interior da Bahia, ou ainda à indignação organizada de Contestado, entre Paraná e Santa Catarina (1912 a 1916). Reivindicam ao MST a herança do aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do MASTER. Esse argumento é uma reedição do reconhecimento da formação agrária brasileira feita com o favorecimento do latifúndio que diversos autores brasileiros repercutiram em suas teses (FERES, 1990; FURTADO, 1982; GUIMARÃES, 1968; PRADO JR, 1976)<sup>4</sup>.

Na década de 1960, os camponeses encontram-se subjugados pelo contexto do regime militar no Brasil que teve como objetivo promover reformas políticas e econômicas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo moderno no país, influenciado pelo capitalismo mundial que iniciava o processo de internacionalização da produção sob coordenação dos Estados Unidos, que estava à procura de novas áreas para alargamento da produção visando a ampliação da acumulação capitalista, ou seja, baixos salários e novos mercados consumidores (SILVA, 2004, p. 29). In southern Brazil, where the MST emerged, the modernization of agriculture was closely associated with the expansion of soybean production, which saw the rise of the soybean–wheat farmers who cultivated soybeans during the summer and wheat during the winter (CAMUS, 2009, p. 4).

Esses fatores ocasionaram o aguçamento das lutas e conflitos no campo, bem como da luta por terra. Coube aos trabalhadores unir suas forças e demonstrar capacidade de mobilização e conquista de posições com a organização de “42 acampamentos até o final de 1985, com mais de 11.500 famílias sem-terra, espalhadas por vários estados do país” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 16). Essas mobilizações de trabalhadores eram

---

<sup>4</sup>O MST estabeleceu-se a partir do conflito dos sem-terra com a realidade, na qual a internacionalização da produção agropecuária, iniciada na década de 1970, promoveu a intensificação que não impediu a modernização das estruturas tradicionais. Portanto, o movimento foi construído de forma dialética. A conjuntura histórica latino-americana estimulou a criatividade teórica do MST, que refletiu em seu arcabouço teórico as demandas, a cultura popular, as experiências de lutas anteriores e, sobretudo, o caráter radical, ou seja, a fé e a superação das contradições agrárias e sociais somente por meio da intervenção organizada dos sem-terra (SILVA, 2004, p. 28).

comuns no período anterior ao golpe militar de 1964, através das Ligas Camponesas, das Associações de Lavradores e Sindicatos no Nordeste e Sudoeste. Esses trabalhadores do Sudoeste eram principalmente pequenos agricultores, enquanto os do Nordeste eram assalariados rurais (WOLFORD, 2003, p. 2) que trabalhavam nos engenhos de cana-de-açúcar.

No ano de 1954, em São Paulo, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, que tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes, foi escrita a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, em que aparecia a demanda que, a partir daí progressivamente, se constituiria na reivindicação maior dos que trabalhavam no campo: a reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 33).

Uma análise do documento permite identificar alguns pontos do debate e dos consensos da época (MEDEIROS, 1989, p. 34). Existia uma consciência de que havia uma concentração da terra, deixando milhões de brasileiros sem acesso a este meio de produção. O documento fala em 10 milhões que, à época, representavam pelo menos um quarto da mão de obra produtiva do país. Insere-se igualmente no discurso da reforma agrária uma perspectiva de incorporação de tecnologias intensivas em capital, ou seja, o uso de insumos químicos, maquinário agrícola e organização da produção. O elemento demarcatório do discurso é o resultado do aumento da produção que deveria estar voltada para o consumo interno, e não para a produção de produtos de exportação. Em uma interpretação relativizada, deveria pelo menos haver um equilíbrio entre uma e outra.

São esses camponeses, excluídos das transformações sofridas pela agricultura brasileira e recusando a proletarização, que irão compor o MST. Indivíduos que são fruto da contradição e do dualismo social e político da sociedade brasileira. Resta a estes filhos de colonos, arrendatários, agregados, assalariados temporários e expropriados de barragens a iniciativa de lutarem pela terra. Esta diversidade de extratos da sociedade na base do MST se constituiu, inicialmente,

através da ocupação de fazendas em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), do acampamento de Encruzilhada Natalino, da luta do Movimento dos Sem Terra no oeste do Paraná (MASTRO), da luta dos expropriados pela hidrelétrica de Itaipu e algumas ocupações em fazendas no sudoeste do Paraná e Santa Catarina, advindas no final da década de 1970 e início dos anos 1980. São eles que, ao se articularem, dão a forma inicial ao MST.

Esse momento que marca o crescimento das organizações de trabalhadores correspondeu também ao período em que as Igrejas católica e luterana se tornaram sensíveis aos problemas sociais, ao mesmo tempo que se preocupavam com o avanço das forças de esquerda, o “perigo comunista”, no campo (MEDEIROS, 1989, p. 76). A aproximação da Igreja às causas sociais e ao MST foi possível devido ao fato de a cultura popular na região do nascimento do movimento ser extremamente religiosa e de ser significativa a presença de religiosos representantes da Teologia da Libertação<sup>5</sup>. Setores da Igreja católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) tiveram um papel ímpar na formação do MST. “Os agentes de pastoral representantes dessas instituições religiosas politizaram os conflitos sociais decorrentes das contradições agrárias que se salientaram com o modelo agrícola dos militares” (SILVA, 2004, p. 46).

O marco inicial para o nascimento do MST no Pará é representado pela ocupação da Fazenda Ingá no Município de Conceição do Araguaia, região sudeste do Pará, no dia 10 de janeiro de 1990. Em torno de cem famílias ocuparam uma área da Fazenda Ingá, enquanto outra parte desse latifúndio de 15 mil hectares estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. Iniciam-se, assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros em um dos estados de maior violência contra os trabalhadores rurais.

---

<sup>5</sup> Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 20).

Os fatos narrados nos parágrafos anteriores são carregados de sofrimento e dificuldades enfrentadas até a consolidação plena do MST como movimento social pela reforma agrária. Mesmo após a efetivação da organização, as famílias sem terra, para conquistarem lote oriundo da reforma agrária, passam por um cotidiano em que se apresentam: carência alimentar, moradia em ambientes hostis, adoecimento, ameaças de morte por jagunços dos fazendeiros, entre outros fatores de desconforto que serão apresentados nas linhas que seguem.

## **2. Triste partida, dura chegada**

A dramaticidade do processo migratório pode ser reconhecida tanto em textos acadêmicos (FURTADO, 1982; HEBETTE, 1991; LENA e OLIVEIRA, 1991; TURNER, 1961; VELHO, 1972) quanto em textos ficcionais internacionais (PESSOA, 1981; STEINBECK, 2008) ou brasileiros consagrados (MELO NETO, 1994; RAMOS, 1984a, 1984b), e, ainda, no cancionário popular expresso em poesia ou música (ASSARÉ, 1978; GONZAGA, s/d; GUERRA, 2002).

No caso dos textos acadêmicos, cumprindo os estatutos da ciência positivista, o sofrimento de assalariados do mundo rural aparece traduzido em números que demonstram o processo de dominação do capital sobre o trabalho no que diz respeito a salários, horas de trabalho, más condições de transporte, moradia, escolaridade, insalubridade e falta de cumprimento de normas de segurança. No caso de camponeses com a perspectiva de autonomia, o investimento tem sido feito para lhes dar acesso aos bens de produção dos quais têm sido desprovidos por conta da configuração que vem sendo dada ao mundo moderno em termos da distribuição do espaço entre o campo e a cidade, como se esta fosse uma lógica inexorável (ABRAMOVAY & SACHS, 1995, p. 13).

A contribuição da psicologia social, apesar de tímida e carente em referenciais teóricos sobre o contexto rural, nos ajuda a entender como estes sujeitos encaram essas situações de dificuldade, que eles próprios denominam de sofrimento. Segundo Sawaia (2002), Não consta nas

referências bibliográficas quando se analisa a condição de milhares de pessoas excluídas, sem acesso à vida digna, não se fala apenas de classe social, mas de subjetividade que sofrem pela impossibilidade de agir, enclausuradas por sentimentos como o medo, a vergonha e a humilhação. Na condição dos sem-terra, a “sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”.

Relatos de ocupantes de assentamentos rurais, que passam por diversas dificuldades que ultrapassam as condições precárias de sobrevivência nos acampamentos, foram recolhidos em entrevistas feitas com camponeses no conflitado Estado do Pará e são particularmente marcantes quanto às dificuldades encontradas desde a partida do local de origem, em geral estados do Nordeste, até a chegada aos locais das moradias obtidas por longos processos de disputa.

A Figura 1 mostra de que estados brasileiros nossos entrevistados saíram e para onde eles se dirigiram – neste caso o assentamento Palmares II, pertencente ao Município de Parauapebas.



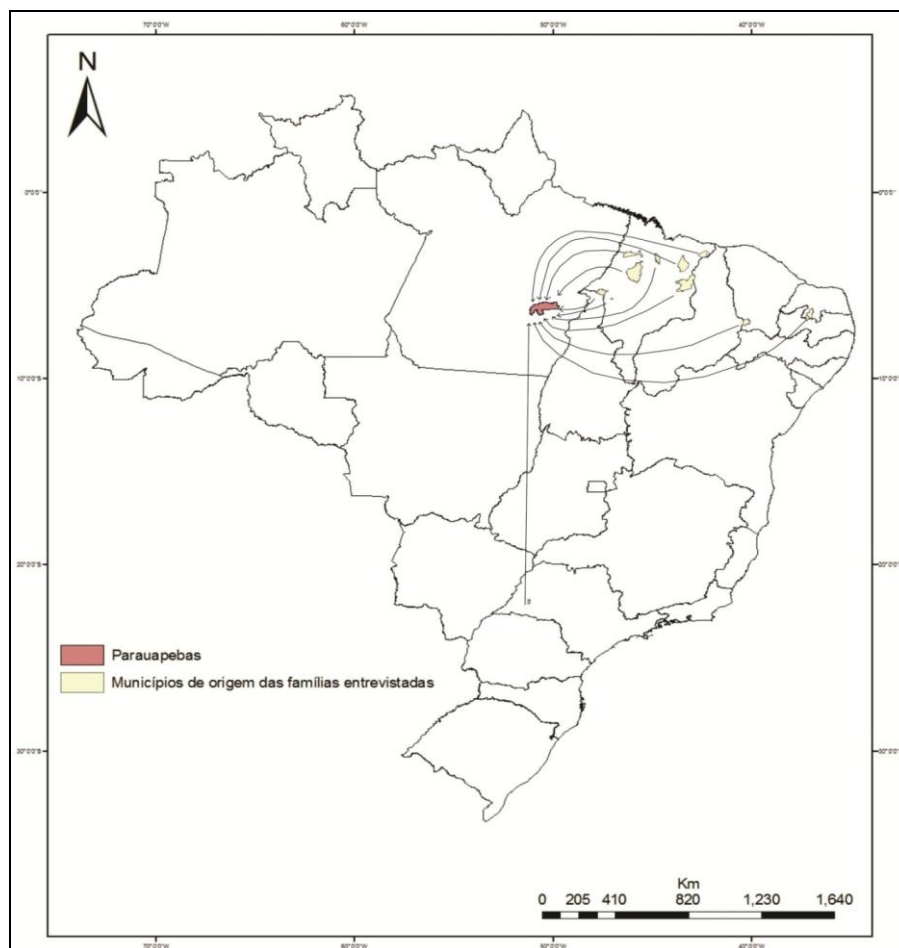


Figura 1 – Origem dos assentados entrevistados.

Confecção Rogério Bordalo, 2011.

Em que pese a existência de literatura que valoriza o sentimento humano evidenciado no processo de luta (ANDRADE, 2007, p. 447), a redução do problema fundiário à obtenção da terra na qual se possa produzir e estabelecer moradia tem feito negligenciar o lamento que se manifesta quando dos relatos do cotidiano, que vai desde a saída das áreas de origem, o deslocamento por lugares insalubres e hostis, até o estabelecimento em um espaço a ser apropriado e transformado em

condições dignas e com um mínimo de qualidade de vida: proximidade da estrada, iluminação elétrica, escola e posto de saúde. Em outras palavras, o discurso de vencedor que possa ser identificado nas falas de lideranças exitosas é carregado de significados que remontam aos momentos de dificuldade, quebrando a linearidade que costumam ter os discursos biográficos (BOURDIEU, 1986, p. 69).

O que se pretende levar em conta neste artigo são as diversas contingências que vão se acumulando em um sofrido e incerto processo de tentativa de estabelecimento de um local de moradia, trabalho e convivência que se arrasta por meses e às vezes por anos. No caso específico, cada um dos elementos diferenciais que se constituem em elementos de coesão é amalgamado por um grau de consciência e voluntarismo trabalhado conscientemente pela liderança, sem que se tenha certeza alguma de que venha a se consolidar um comportamento político solidário e consequente. Estes elementos vão surgindo no discurso e se consolidando em dados de pesquisa, demonstrando que há mais dificuldades do que sugere o discurso dos opositores, minimizando a têmpera dos que se engajam nesta empreitada para conseguir um espaço para o estilo de vida camponês ou, mesmo que se admita, uma possibilidade de sobrevivência econômica a partir da obtenção de um lote de terra e do estatuto de beneficiário da reforma agrária.

O tom de dificuldades é encontrado em relatos dos participantes do MST, nos quais este artigo se baseia, a partir do registrado em entrevistas realizadas com 14 chefes de famílias e duas mulheres do assentamento Palmares II, localizado no Município de Parauapebas (Figura 2). As entrevistas foram devidamente gravadas e o critério de escolha dos entrevistados foi o tempo em que estes estavam assentados. Os entrevistados eram pessoas que estavam no assentamento desde sua formação, com o objetivo de remontar o passado e compreender o processo histórico desde o acampamento até o dia em que conquistaram o direito à terra, constituído em assentamento após o massacre de

Eldorado dos Carajás<sup>6</sup>. Este assentamento dispõe de área total de 15.484 hectares, com 517 famílias assentadas em lotes de 25 hectares, distribuídos por meio de sorteio.

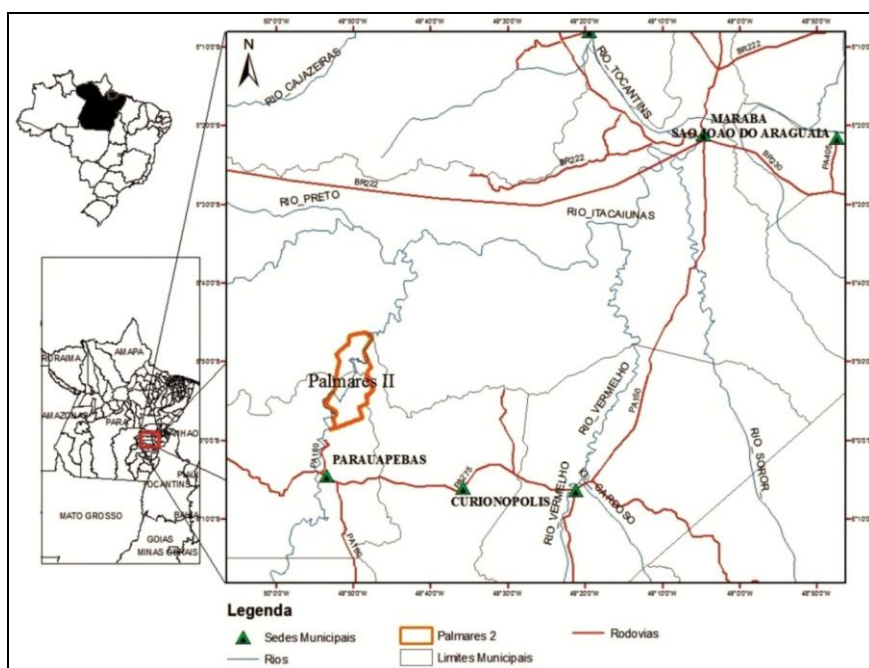


Figura 2 – Mapa de localização do assentamento Palmares II.  
Confecção Rogério Bordalo, 2010.

O tamanho do lote é, certamente, um dos primeiros elementos distintivos da satisfação ou insatisfação que possam ter os assentados, o que se dá pelo número de famílias envolvidas no processo e um espaço idealizado como viável enquanto módulo que permita a uma família viver e produzir satisfatoriamente.

<sup>6</sup> Assassinato de 19 camponeses pela Polícia Militar, em confronto durante manifestação, na PA 150, no dia 17 de abril de 1996.

A primeira ocupação do MST relacionada com o assentamento Palmares aconteceu no Município de Parauapebas no dia 26 de junho de 1994, contando com 2.500 famílias. O local desta ocupação foi o “Cinturão Verde”, uma área de 411.946 hectares, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os sem-terra ficaram ali acampados durante três dias. Nesta área de preservação ambiental da CVRD foram erguidos barracos cobertos com lona preta, mas em poucos dias estes foram destruídos, pois chegou uma ordem judicial para que a área fosse desocupada.

A diferença entre o número de pessoas mobilizadas e o das que efetivamente garantem a permanência no futuro assentamento chama a atenção e indica o quanto de descarte ocorre entre um momento e outro. Apesar do esforço e sofrimento de todos, apenas um quinto obtém o direito à terra.

Expulsos desta área no dia 29 de junho de 1994, os sem-terra dirigiram-se para a cidade de Parauapebas e foram para a praça pública situada em frente à sede da prefeitura municipal, onde fizeram um novo acampamento. Neste acampamento houve desistência por parte de algumas famílias e entrada de outras, a maioria vinda de outros 11 estados brasileiros, mas particularmente do Maranhão: “a vida no acampamento obriga pessoas das mais diversas origens, com experiências pessoais diferentes, a conviverem umas [com as outras], num espaço físico restrito”, afirma Turatti (2005, p.93). Não consta nas referências bibliográficas ao se referir aos acampados do MST no Estado de São Paulo.

Estas pessoas entraram no acampamento da Palmares por não terem outra perspectiva de vida após o fechamento do Garimpo de Serra Pelada<sup>7</sup>. Como demonstra o trecho a seguir:

---

<sup>7</sup> Em 1992 todas as atividades de extração do garimpo estavam paralisadas, pois o governo não renovara a autorização e o garimpo voltara a ser concessão da Companhia Vale do Rio Doce.

A gente morava lá, vivia de garimpo, aí quando a gente chegou em Parauapebas que viu a movimentação, a gente entrou no movimento e ficou. Não desistimos e estamos até agora. A gente já sabia que o garimpo não ia funcionar mesmo, e aí a gente apelou em conseguir um pedaço de terra e trabalhar sossegado (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

É recorrente a referência ao garimpo – algumas pessoas estavam nessa atividade anos a fio; para outras, o garimpo foi o atrativo para a sua chegada à região. Há indagações que persistem: que origem teriam os pais e avós destes migrantes? Terá sido mera contingência a escolha pela terra a plantar e estabelecer como ponto de moradia e trabalho, ou há uma matriz psicossocial que os atrai para esta saída como camponeses? A análise da trajetória destes indivíduos pode oferecer pistas, como demonstrou Bringel (2006, p. 199), de que são camponeses sofrendo ciclos de migrações em busca de terra ou de trabalho.

Alguns dias depois de estarem em frente à Prefeitura de Parauapebas, as famílias sem-terra solicitaram transporte para irem até Marabá, e foram prontamente atendidas pelo prefeito em exercício (1993–1996), Francisco Alves de Sousa, conhecido como “Chico das Cortinas”. Dia 5 de julho de 1994, as famílias chegaram a Marabá e fizeram um novo acampamento, desta vez no pátio da sede do INCRA SR-27, iniciando-se negociações, que não avançaram. Com o impasse, os sem-terra decidiram mudar de tática e enviar representantes a Brasília, para negociar com representantes do INCRA nacional. Como forma de aumentar a pressão, resolveram ocupar a sede do INCRA de Marabá por dois dias. Acabaram ficando cinco meses, acampados em um pequeno terreno ao lado do INCRA.

Neste acampamento as famílias não tinham como cultivar a terra. Sobreviviam das cestas básicas enviadas pelo governo:

(...) aí quando o governo mandava um pouco de rancho que era muito pouco, [olha] tinha muitas vezes que

dividia três colheres de café para cada um, um pacote era dividido para três ou quatro famílias e dividia tudo certinho, tinha vez que uma barra de sabão era para três famílias. E às vezes eu via situação de umas pessoas e o que eu não ia precisar dava para fulano, e nas casas que tinham muitas crianças eu deixava até o café e um pouquinho de açúcar para eles (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

A exiguidade dos alimentos exige estratégias de solidariedade para permitir a resistência prolongada. Para complementar a alimentação, alguns pais de famílias faziam trabalhos temporários pelas redondezas do acampamento, para sanar algumas das dificuldades encontradas durante as etapas de acampamento.

(...) a vida no acampamento é uma vida muito cruel. A gente aguenta e suporta porque tem o desejo de ganhar o pedaço de terra e não tem condições de comprar mesmo, aí a gente pega e resiste mesmo, para poder conseguir as coisas (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

É necessário permanecer no acampamento mesmo que as condições de alimentação não sejam suficientes, o que leva as famílias a desenvolverem estratégias de revezamento entre seus membros, de forma que uns ficam e outros saem para procurar recursos que amenizem a precariedade das instalações e do fornecimento de nutrição. Talvez seja um dos mais duros momentos do processo político. Mais do que isso, é preciso ficar para tomar decisões junto com as outras famílias e as lideranças:

(...) foi tudo muito difícil, a vida financeira quando a gente estava lá dentro. Aí troca de acampamento, a gente acampou em frente à Câmara, depois a gente voltou para aquele Zé de Areia que chamam ali onde é a Vila Rica, depois foi que a gente se removeu para

dentro da terra, na época. Hoje a gente está aqui, mas é muito sofrimento no acampamento (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

A trajetória até se fixar em um assentamento é errática, tensa, e exige resistência, tolerância e coesão:

Quando a gente estava no acampamento era ótimo, como um dia desses eu falei com o menino que agora está lá na feira, o Gustavo. Ele era acostumado lá no meu barraco, andar lá por dentro comendo, tudo junto, aquele amor, e é por isso que conquista porque todo mundo tem um objetivo só, que é a terra, aí qualquer outra coisa que você vai juntar, com amor ali você consegue, agora se começasse a puxar para um lado e para o outro nós não estaríamos aqui (MARIA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

É das dificuldades indicadas no trecho acima que se forjam as amizades, a solidariedade, a coesão que vai amalgamar o grupo e dar liga para as ações e passos seguintes.

Como nada se resolvia, os camponeses resolveram voltar a Parauapebas e ficaram, inicialmente, em frente ao portão de entrada da Floresta Nacional de Carajás. Após serem expulsos deste local pela polícia, foram para a frente da Câmara Municipal de Parauapebas onde permaneceram até o dia 20 de janeiro de 1995, quando se deslocaram para outra área, indicada pela prefeitura, nas proximidades da cidade, conhecida como Zé de Areia, ali ficando de janeiro até maio de 1995. Todo o processo de busca se dá, portanto, concreta e simbolicamente frente às instituições, às claras, com demandas postas diante de símbolos da racionalidade jurídico-administrativa que deveria dar conta de fazer valer os direitos de cidadania dos pleiteantes a ela.

Nessa nova área as famílias sem-terra puderam organizar produções agrícolas, pois esse novo acampamento era em uma área rural próxima à cidade de Parauapebas:

Nessa época tudo era coletivo, tudo era por grupo. Um dia era um grupo, outro dia era o outro grupo que vigiava os acampamentos que às vezes, tinha as atividades e tinha que resolver os problemas que acontecia dentro do acampamento. E a gente amontoava aquele pessoal e ia lá para a reunião resolver, tudo era coletivo. Aí, tinha a corrente que era a entrada e a saída do acampamento e cada dia era um grupo que ia lá fazer a corrente para não ficar entrando pessoas estranhas, e a corrente servia para controlar a entrada. Às vezes chegava pessoas que eram estranhas, a gente tinha que se informar, decidir o que ia fazer. (...) no período do acampamento era tudo coletivo, para fazer um barraco era coletivo, para fazer qualquer coisa era coletivo. (...) foi colocado um coletivo de mulheres para fazer uma horta coletiva, eu participei, mas foi poucos dias, porque aí bagunçou, também a gente mudou (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Com esta declaração podemos observar que, desde o período de mobilização até o acampamento, o MST consegue instituir entre seus acampados iniciativas coletivas, inspiradas em ações ocorridas contemporaneamente<sup>8</sup>, haja vista que neste período o grupo de indivíduos encontra-se coeso devido ao objetivo comum de conquista da terra, mas também, neste momento, devido à necessidade de segurança e de afirmação do grupo perante os seus oponentes.

Decorridos cinco meses de acampamento na área chamada de Zé de Areia, inicia-se um processo de negociações com o governo estadual, representado na época pelo médico Almir Gabriel. Porém, como das outras vezes, nada se resolveu. No dia 14 de maio de 1995, quase um ano após terem ocupado o “Cinturão Verde”, os sem-terra resolveram

---

<sup>8</sup> Ainda nesta declaração observam-se preceitos de uma sociedade igualitária e soberana, pregados pelos que compõem o MST, presentes no cotidiano dos acampados, pois eles conseguem viver segundo o que é pregado pela liderança do movimento.



ocupar uma área da Fazenda Rio Branco. A mesma já tinha uma parte comprada pelo governo federal para assentar outros camponeses, em 1992.

O novo acampamento que se iniciava era denominado de:

Vila da Barata: (...) lá na Vila da Barata que chamam hoje de vila da Palmares I. Que foi a área que a gente acampou também depois do Zé de Areia, a gente foi removido para lá, de lá a gente se mudou para a vila da Palmares em definitivo, e aí a gente trabalhou uns dias lá com a horta coletiva, mas rapidinho a gente mudou para a vila (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Da declaração acima podemos ver que as ações coletivas eram tanto de avanço (ocupação) como de recuos (remoção), mas o discurso é feito na 1ª pessoa do plural (nós – a gente) expressando um sentimento de grupo. Verifica-se também que as ações coletivas não ocorrem da interação dos membros do grupo de camponeses com eles mesmos, mas com outros atores presentes, sejam do estado, professores, polícia, prefeitura. A ação coletiva tem, portanto, um caráter público, uma vez que se dá como processo político que passa por disputas em que a representatividade e representações sociais estão em jogo. Nos acampamentos duradouros que ocorreram em áreas rurais, várias ações coletivas aconteceram:

(...) quando a gente mudou para a Vila da Barata aí a gente construiu também uma escola para as crianças, pois elas não podiam ficar sem estudar. Aqui mesmo na Palmares II, no início a escola era feita de palha que a gente construiu, o povão fez. Às vezes tinha uma pessoa que estava doente e não podia fazer o barraco dele. A gente se juntava e ia lá fazer o barraco daquela pessoa. (...) até chegar no assentamento, tudo era feito no mutirão (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

O que se expressa como coletivo são atividades associadas à reprodução social do grupo em patamares que correspondem aos seus níveis de reivindicação de aspectos importantes como educação, saúde, moradia, emprego. À precariedade das construções físicas, marcadas pela pobreza e insalubridade do material (barraco, palha de coco, lona preta), sobrepõem-se a valorização do gesto solidário, o fazer juntos, o dividir, o partilhar o pouco de que dispunham, a segurança, a trincheira...

(...) tinha um grupo às vezes de 10 pessoas ou de 15. Aí fazia o barracão igual esse daqui. Aí ficava 10 pessoas ou 20, aí se fosse para outro lugar lá tinha que fazer outro barraco. A gente sempre fazia de palha; aí quando não fazia de palha botava a lona por cima que era muito quente, mas tinha que ser, pois havia lugares que não tinha palha de coco, aí era na lona, mais a lona esquentava demais (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

As descrições dão detalhes da precariedade e da promiscuidade, mas também da criatividade que faz recorrer a soluções alternativas, ao uso do material que se pode ter à mão, seja ele externo, como o plástico negro, seja autóctone, como a palha do coco babaçu.

(...) a primeira roça que a gente fez lá na Vila da Barata foi coletiva. Era um grupo de sete ou oito homens que se juntaram e fizeram quatro linhas de roça. Roçaram e derrubavam no coletivo e depois dividiram, na hora de colher e tudo ficou individual. Mas todo o trabalho até o plantio eles fizeram juntos (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Desta vez os agricultores estavam totalmente determinados a não sair da terra, e ficaram neste acampamento de maio a outubro de 1995,

quando decidiram iniciar uma marcha a pé até Belém, distante aproximadamente 800 quilômetros de onde estavam. Saíram no dia 10 de outubro e quando chegaram a Eldorado dos Carajás foram convidados a formar nova comissão para participar de outra reunião com o INCRA, novamente em Brasília.

Durante essa caminhada na PA-150, as famílias se submetiam às intempéries da natureza, dormiam na beira da estrada em barracões improvisados, “comendo mandioca assada na beira da estrada, acampando debaixo da lona”.

Nós fizemos uma caminhada antes de chegar no 30 (Curionópolis), o povo veio de Brasília atender nós, lá no meio da estrada, o Evaldo Cardoso, que era o chefe lá representante do governo, veio “decretadinho” a atender nós, no meio da estrada (...) (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

O desenho do confronto estava dado. Desta vez, finalmente, depois de um ano e quatro meses de luta, os sem-terra conseguiram a desapropriação de outra parte da Fazenda Rio Branco, que recebeu o nome de assentamento Palmares em homenagem à resistência de Zumbi, líder dos escravos que fugiam do cativeiro no século XVII, e ao Quilombo de Palmares, o maior de todos os quilombos que existiram na história do país. Em 11 de março de 1996, foi assinada a portaria de criação do PA Palmares e, em 13 de dezembro de 2001, houve o desmembramento do PA Palmares II e Palmares Sul ou Palmares I como é mais conhecido, dando origem à área deste estudo.

Logo após a liberação da portaria de criação do assentamento Palmares II, pouco mais de um mês depois (17 de abril de 1996), aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 trabalhadores sem-terra foram mortos em decorrência da ação da polícia do Estado do Pará. O confronto ocorreu quando os sem-terra que estavam acampados na região resolveram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras na região.

Em que pese o objetivo original da pesquisa ter sido identificar as ações coletivas praticadas pelos assentados naquele que se transformara em um assentamento emblemático do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Pará (MORENO, 2011), foi recorrente nas falas dos entrevistados a descrição do sofrimento para chegarem a ter os lotes onde vivem. Esta recorrência se deveu em particular a uma indução por uma das questões que demandava o relato sobre os momentos considerados mais difíceis de suas trajetórias enquanto parte do movimento dos sem-terra. Verificou-se que as respostas vieram expressas como sofrimento físico e psicológico, na relação com a natureza, com os outros assentados, com representantes do Estado e com a direção do próprio movimento. Este sofrimento se expressa praticamente como a moeda com a qual pagaram o acesso à terra, mas não se esgota nos passos que foram obrigados a seguir para chegarem onde se encontram. Recortando as passagens mais acentuadas por estas pessoas sobre os momentos mais difíceis desta trajetória, pode-se construir este texto como um exercício de análise desta vivência. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetivos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p.26). A reflexão de Halbwachs nos remete à construção da memória como elemento que faz sentido na relação com o outro. Sentir-se bem com as lembranças é sentir-se bem no contexto social em que se vive, e os elementos de exaltação do vivido têm significado por conta da referência social em que se constituem. Neste sentido, o sofrimento por uma causa é uma construção social que pauta o comportamento das pessoas e as faz evocá-lo como algo vivido positivamente como preço do que se pretendia conquistar.

O critério para selecionar as famílias entrevistadas foi buscar aquelas que participaram desde o período da ocupação, pois somente estas pessoas que vivenciaram essa trajetória poderiam relatar como foi a vivência no acampamento, nas ocupações e marchas que fizeram até conseguirem a desapropriação da Fazenda Rio Branco. Para encontrar essas famílias teve-se que sair procurando pelo assentamento, e para

isso, primeiramente, visitou-se cada região do assentamento, depois em cada região foram identificadas cinco famílias que tivessem vivenciado todo o processo.

As falas analisadas revelam a permanência de uma referência que se constrói a partir do esforço para a obtenção da terra no contexto da reforma agrária no Brasil, o que se traduz como luta e resistência, no discurso dos assentados. Como o processo de ocupação e acampamento em Palmares II se deu na década de 90 do século XX, faz-se uso de elementos da memória e análise de conteúdo como recursos da pesquisa. A memória, como propriedade de conservar informações, remete a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423). Para coletar estas informações realizaram-se três visitas prolongadas, de dez dias cada uma, ao assentamento, durante os meses de janeiro, junho e julho do ano de 2010.

As entrevistas com os assentados aconteceram todas no assentamento, a maioria delas na casa dos próprios assentados, sendo que apenas dois assentados foram entrevistados na sede da associação do assentamento. O conteúdo destas entrevistas pautou-se em elementos ligados à memória dos assentados entrevistados, pois essa representa a capacidade de armazenamento de informações adquiridas ao longo do tempo, devido à sua importância para os estudos referentes à história de vida através do registro da história oral.

As entrevistas ilustram as repetidas e prolongadas atividades que deveriam ser cumpridas no processo de disputa:

... marchas de ocupação, todos eles, tudo que foi ocupação que teve de INCRA, marcha para Brasília, ocupação em Belém, passeata, para tudo enquanto eu já fui, participei de tudo, todas elas... (CORREIA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Nestas atividades, as dificuldades enfrentadas durante o período de reivindicação objetivando a obtenção da terra se convertiam em esforços:

Na época a gente foi de Parauapebas, aliás, do Zé de Areia até Eldorado, de pé nessa estrada. A gente foi numa marcha e era época de inverno (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Inserir-se, neste discurso, como primeiro elemento, a distância entre os dois municípios (Eldorado e Parauapebas), ressaltando-se a saída de uma localidade onde tinham se abrigado, o que representa aproximadamente 30 quilômetros entre um ponto e outro. Em seguida, para dar ideia do grau de dificuldade, o entrevistado diz que esta distância foi percorrida a pé, em marcha cadenciada, sob chuva. Continuando, fala das condições em que ficaram alojados:

O barracão era só uma lona, os caibros atravessados com uma lonazona jogada por cima e no inverno lá ventava muito. O vento forte chega arrastava a lona bem no meio, aí pá... pá... e todo mundo estava no meio da chuva. Não tinha para onde correr! Tinha que ficar lá, mesmo! Então o sofrimento era grande, mas o objetivo era conquistar um pedaço de terra, aí a gente tinha que ficar, né! Se desistisse não ganhava, né? Aí a gente, graças a Deus, deu uma de duro e chegamos lá (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Os elementos dramáticos elencados nesta fala, ressaltando os rigores da natureza representados pelas intempéries da chuva e do vento, a vibração do material precário utilizado para a construção do abrigo (lona e caibros), acenam para o merecimento do que estavam pretendendo (a terra), embora não se encerrem apenas ali os seus sofrimentos. As condições deste enfrentamento levam ao esgotamento físico e psicológico:

As dificuldades foram grandes, a humilhação foi grande, não foi fácil, não! A gente só permaneceu porque fez opinião. Eu pelo menos fiz opinião, mesmo, tinha o objetivo de conquistar a terra (SOUZA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

A força do processo de mobilização está centrada no objetivo que nos discursos aparece clara e recorrentemente definido – a conquista da terra:

Aí tinha companheiro que não aguentava, mas tinha outros que iam até o fim, aí quando o governo teve dó disse: leva para o hospital, vamos embora pro hospital. Aquela história (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Os casos de doença são absorvidos pelos camponeses como de outra natureza, podendo ser justificados com apelações de ordem sobrenatural, reforçadas principalmente quando eventos mais densos, como foi o caso do massacre, permitem uma associação como a que segue:

A gente já foi para Belém em marcha, para a curva do “S”. Não chegamos até mesmo a curva do S. Na época em que a gente fez a marcha, a gente foi até em Eldorado, pertinho já. Aí meu esposo adoeceu, ficou ruim, aí tivemos que voltar, retornar. No dia que nós retornamos, no outro dia teve o massacre. Foi Deus mesmo! Morreram muitas pessoas e a gente estava de plano de ir até o final, se não fosse ele adoecer” (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

O motivo que os teria trazido para o MST foi o fechamento do garimpo de Serra Pelada. É uma sequência de perdas que vão se acumulando e amalgamando a necessidade de uma ação coletiva. Dez assentados

afirmam que vieram por este motivo (o encerramento das atividades da mina de ouro), sendo que outros quatro disseram ter vindo pela influência de outros parentes que já se encontravam no entorno da cidade de Parauapebas, trabalhando em fazendas. Dois assentados justificaram a vinda com o propósito de melhorar as condições de vida da família. Em todas as justificativas, pode-se ler que as condições de vida se degradaram, levando-os a buscar uma alternativa. Em outras palavras, é a condição degradada pela perda do emprego ou das possibilidades de manter um nível de produtividade satisfatório que leva ao engajamento no MST e não a atração romantizada pela terra. Entretanto, no deixar a atividade anterior, há uma perda, um vácuo entre uma atividade e outra. De certa forma, deixar uma atividade para iniciar outra é um salto no escuro.

Há, portanto, antecedentes de enfrentamentos decorridos durante as sucessivas migrações de um estado para outro, de uma cidade para outra, até conseguirem a desapropriação da área e chegar à nova morada.

Após o sorteio dos lotes, que irá determinar a localização geográfica em que cada família ficará, inicia-se a etapa de construção das casas e a implantação da primeira roça. O sorteio, em si mesmo, se traduz na partilha de outras dificuldades, conforme se pode ver na fala a seguir:

Até porque meu lote não é adequado. Porque meu lote é um morro muito acidentado, ele não tem uma área plana. E como os lotes foram no sorteio, ninguém teve culpa. Ninguém, porque foi sorteado, tinha que contar com a sorte. (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O relevo e o que ele implica em termos de construção civil e de manejo das atividades cotidianas vão se acumulando e se revelando ao mesmo tempo como construídos em uma perspectiva em que há componentes que não podem ser escolhidos ou adequados de imediato, mas que foram postos como possíveis de superar em uma ação conjunta dos que os mobilizaram para este fim.



O acesso aos lotes em condições precárias implica um processo de adaptação que se dá com a contração de endemias:

Depois que eu cheguei aqui eu peguei 20 malárias e meu esposo 25. Porque a gente entrou bem no início, a gente ganhou a terra, com oito dias a gente entrou para a terra, fomos logo para dentro da terra, fizemos um barraco lá embaixo, aí pegamos malária pra caramba aí. E nós já estava com roça e com as coisas, e não queria abandonar, porque tanto sofrimento depois que a gente está na terra não vai abandonar (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

“Entrar bem no início” significa o contato direto com outros elementos da natureza que estão sendo modificados e acarretando desajustes ambientais dos quais o camponês vai sofrer as consequências. A malária tem uma sintomatologia que implica um grau de debilidade acentuado, e permanecer na terra, mesmo com estes achaques, exige uma determinação incomum. No contexto dos discursos, contrair malária é argumento indicador de mérito para receber o lote. O número de ocorrências, talvez exagerado pelos narradores, reforça a ênfase no sofrimento. A moradia e a produção entram no discurso como elementos dados, igualmente, mas o que aparece, na fala acima, é uma construção que se faz como uma totalidade que compreende o barraco (a moradia), a roça (produção) e o desejo de permanência (pertencimento). Abandonar a terra depois de todo este investimento seria aumentar o sofrimento e não cumprir o objetivo a que se propôs.

Em outro caso analisado, é a cobrança de uma sociabilidade que se manifesta pelo acesso físico:

Ainda hoje, depois de 15 anos desde a época que a associação tinha trator, tinha tudo, que eu pedi que fizesse um pedaço de estrada para mim, até hoje nunca fizeram, e meu lote não tem estrada, é isolado (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Reconhece-se, neste discurso, um tom de cobrança pessoal (um pedaço de estrada para mim) e uma distância da responsabilidade de construir conjuntamente. Há a explicitação de um outro – aquele que constrói – que é demandado para construir para ele e sua família. Este outro é representado pela Associação e seus administradores que não atendem aos seus pedidos. É outra forma de lamento do abandono a que estão submetidos, mesmo depois de terem cumprido um longo percurso de mobilização, doutrinação, manifestações públicas em marchas, acampamentos, ocupações de estradas e organismos governamentais:

O mais difícil depois que a gente chegou para cá, foi tudo. Estrada que nós não tinha, energia não tinha, a vida financeira também toda bagunçada porque a gente acampado um tempão sem trabalhar e chegar numa terra sem condição é muito difícil, então foi tudo, tudo foi difícil, eu acho que eu conto uma coisa assim muito difícil pois desde o início eu estou aqui. A gente adoeceu, não tinha estrada. Essa estradinha aqui era só um ramal de madeireiro, aí a gente tinha que ir lá para a outra estrada e esperar carro que era muito difícil também, então tudo foi difícil (CORREIA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O rol de mazelas a que se submete um sem-terra é muito bem enumerado pelo entrevistado acima, listando algumas delas de forma a que se possa ter uma ideia clara do que significa o percurso de um pleiteante a beneficiário da reforma agrária. Estas etapas são penosas

porque as famílias não dispõem de recursos financeiros para adquirir os insumos necessários para o andamento destas atividades, e com isso precisam improvisar extraíndo da natureza o que for possível para garantir a permanência, a reprodução e a segurança da família na nova morada. A perspectiva deste grupo, porém, foi construída com marcos em um coletivismo idealizado com referência em doutrina socialista inspiradora do movimento, o que aparece justificado na fala de uma liderança:

Trabalhar de forma cooperada e unificada, a fim de encontrar uma forma melhor e mais fácil. Mas aí foi tudo bem. Pelejamos, levantamos o coletivo, aí quando chegamos a base, nós temos que centralizar nos grupos? Temos, escolhemos um lote dos nossos para a gente colocar, isso aí todos os lotes nós empregamos num só processo, você está entendendo? Você não diga que o lote era seu, mas sim coletivo. O lote é nosso (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O sentimento dos que estão na base não corresponde, necessariamente, ao que diz a liderança, conforme declara Brito, assentado em Palmares II:

Pra mim o mais difícil, só foi esse coletivo que foi feito, pois a gente perdeu de tudo. Aí quando eu botei a foice no mato e derrubei mais de um alqueire de terra, e comprei minhas vaquinhas, aí melhorou bastante! Até hoje a gente toma um leitinho delas, aí. Aí eu ia empastar a terra toda e não empastei, deixei essa reserva aqui porque na hora que precisa um cipó, vai aí; na hora que quer uma varinha para pescar, vai aí. O clima é bom demais, aí tem uns bichinhos que ficam cantando e a gente acha bom. E quando alguém dá um tiro aí para dentro, corre eu e meus dois vizinhos que nós viemos juntos do Maranhão e demos sorte de ficar um do lado do outro aqui (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

A pretensão ao estilo de vida camponês – em que a proximidade da natureza e a autonomia são elementos constitutivos fundamentais – ainda que passe por um período de conversão para atuar em conjunto, para maior eficácia do ato de ocupação, não implica uma adesão plena ao coletivismo, nem se traduz em segurança, conforme demonstra o último período de sua fala. Há, nesta declaração, um caráter gregário pela proximidade do vizinho, oriundo de um mesmo estado da federação, ao mesmo tempo que se manifesta a importância da autonomia do processo produtivo, que contraria a doutrina da organização na qual se engajou para obtenção do lote.

Resgatar esses elementos que remontam essa história só foi possível graças à memória dos assentados entrevistados, onde: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p.55), e em cada entrevista foi possível montar peça a peça esse “quebra-cabeça” que representa o sofrimento e a dramaticidade que fazem parte do processo de conquista de terra por meio da reforma agrária no Brasil.

### **3. Nem tudo são espinhos**

Apesar do sofrimento narrado no item anterior que é representado pelos acontecimentos que antecedem a conquista da terra e pelo conjunto de dificuldades envolvidas neste processo, após essa etapa, tem-se uma conjuntura representada pela desapropriação da área, sorteio dos lotes e construção de infraestrutura produtiva que proporciona a permanência dos assentados no assentamento e consequentemente sua inserção na rede de comercialização local ou regional.

Decorrido o sorteio dos lotes, a próxima etapa é a construção das casas. Cada família se dirige para seu lote e inicia uma etapa da resistência na nova morada, estruturando as casas para abrigo da família, seguida da inserção da primeira roça. Neste período, no ano de 1996, os assentados foram beneficiados com os créditos de fomento e alimentação, no valor

de R\$ 850,00, utilizados principalmente para a aquisição de ferramentas para desenvolver o trabalho no campo.

No mesmo ano foi liberado o crédito habitação no valor de R\$ 2.000,00, utilizado para a construção de casas na agrovila do assentamento. Em 1997 os assentados conquistaram o crédito na modalidade custeio<sup>9</sup> da safra de 1997/1998, através do Banco do Brasil, e em 1998 fizeram a aquisição de crédito para custeio da safra 1998/1999 pelo Banco da Amazônia (BASA). Ambos foram contratados em cédula coletiva, pois o banco exigia que fosse feito em grupo de dez famílias.

O início do assentamento foi marcado por atividades que proporcionaram a estruturação física e financeira das famílias, de um período entre 1996 e 2000. Os esforços eram para garantir a permanência dos assentados, sendo para isso construídos posto de saúde, escolas, áreas de lazer, igrejas, uma infraestrutura mínima que garantisse a permanência das pessoas, a contar com a liberação dos créditos financeiros que garantiram a reprodução das famílias, através de atividades produtivas (cultivos e criações).

Os assentados conquistaram, em 1998, o financiamento PROCERA teto II, do Banco do Brasil, para compra de equipamentos agroindustriais, tratores e implementos agrícolas, caminhões, veículo utilitário, construção de açudes para recria e engorda de peixes, construção de pocilga para criação e engorda de suínos, construção de aviários para engorda de frango, aquisição de matrizes de bovino de aptidão leiteira, e instalação e funcionamento de uma horta (COOMARSP, 2005). Ainda no assentamento, observou-se a retomada das ocupações e manifestações, forma de ação coletiva que se instaura objetivando pressionar o Estado para que algumas benfeitorias ocorram no assentamento. Essas benfeitorias são conseguidas aliadas à luta pela terra, que é o esforço para continuar produzindo, dispor de qualidade de vida para a família e diminuir o abandono de lotes justificado pela falta de infraestrutura. As imagens a seguir demonstram as conquistas dos

---

<sup>9</sup> Modalidade custeio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

assentados em Palmares II, após ocupação seguida de fechamento da estrada de ferro Carajás.



Figura 3 – Benfeitorias conseguidas após ocupação na Ferrovia Carajás, ano 2008: A) posto de abastecimento de água; B) posto de saúde; C) escola de ensino fundamental e médio; D) praça pública na vila do assentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

As imagens de conquistas corroboram o lado positivo do sofrimento, justificam o merecimento delas como algo que chega pelo investimento custoso, trabalhoso, penoso. O pagamento pelo sofrimento descrito detalhadamente nas prolongadas manobras e negociações coletivas valoriza a construção de um território sacralizado pela penitência, pela purificação, pela santificação promovida pelo sofrimento.

#### 4. Considerações Finais

O grau de sofrimento manifestado pelos camponeses que passaram por processos migratórios que implicaram o envolvimento em ações coletivas de apropriação de terra é representado pelos dramas humanos relevados no confronto dos assentados com as ações governamentais. As intempéries da natureza (chuva, ventos, umidade, luminosidade e calor do sol) associadas à insalubridade dos acampamentos prolongados, à precariedade de serviços das áreas ocupadas, às tensões psicológicas das disputas com outras categorias sociais, tais como fazendeiros, pistoleiros, polícia, agentes fundiários, justiça, técnicos, assessorias de apoio ao movimento social, em longas negociações e ações que geram *stress* e esforço humano, são aspectos não desprezíveis a serem considerados quando do atendimento a estes que reivindicam melhores condições de vida, nos marcos legais da Constituição brasileira e no que consiste em legitimidades nos padrões contemporâneos.

Tais aspectos se revelam nas falas de camponeses submetidos a processos de disputa pela terra e deveriam ser observados pelos organismos governamentais e não governamentais que tratam de políticas públicas voltadas para o meio rural. Possíveis traumas em crianças, adolescentes, adultos e idosos com sequelas pela intensidade e gravidade variáveis deveriam ser avaliados, uma vez que podem refletir comportamentos comprometidos pelo *stress* a que estão submetidos. Danos irreparáveis do ponto de vista da saúde física e mental precisam ser melhor avaliados para a devida indenização, nos casos em que couber, ou para que se montem dispositivos de atendimento preventivo que evitem este grau de desgaste destas populações.

Na prática, o que tem ocorrido é a negação da cidadania pelo não cumprimento das obrigações do Estado dispostas na Constituição no que concerne aos serviços básicos de educação, saúde, previdência social, transporte, apoio ao processo produtivo e de comercialização, além do desgaste em demorados processos de negociação por direitos que deveriam estar disponíveis, em particular para categorias produtoras, como é o caso dos agricultores familiares em suas diversas formas de manifestação (extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, caboclos, caiçaras,

pescadores e sem-terra). Agravam-se estes efeitos se considerarmos que o processo de modernização da agricultura, sob formas espúrias de apropriação do espaço, o torna concentrado e sob domínio e procedimentos anacrônicos ao mundo contemporâneo, submetendo, pela desigualdade, grande parte da população ao desconforto e à pobreza.

## 5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. Habitat: a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995, p. 11-16.

ANDRADE, M. P. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 445-451, 2007.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá eu que eu canto cá**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, 1986, n. 62, p. 69-72.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484p.

BRINGEL, Fabiano. **Rumos, trechos e borocas**. Trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará. Belém: Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas/Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Pará, 2006 (Dissertação de Mestrado).

CALDEIRA, Rute. My land, your social transformation: conflicts within the landless people movement (MST), Rio de Janeiro, Brasil. **Jornal of Rural Studies** 24, 2008. p. 150-160.



CAMUS, Leandro Vergara. The MST and the EZLN Struggle for Land: New Forms of Peasant Rebellions. **Journal of Agrarian Change**, vol. 9, n. 3, July 2009, p. 365–391.

COOMARSP (Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará). **Plano de recuperação do assentamento Palmares II**. Marabá-PA: COOMARSP, 2005. 70p. Trabalho não publicado.

ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 71-92.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria. O meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990. 657p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GONZAGA, Luiz. **50 anos de chão**. Manaus, BMG/RCA, s/d. (3 Compact Discs, v. 2).

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 90p.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O êxodo rural no cancionero popular. Triste partida, de Patativa do Assaré. **Trilhas** (Cascavel), Belém, Pará, v. 3, n. 1, p. 23-34, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 224p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Editora Vértice, 1990. 189p.

HEBETTE, Jean (org.). **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro/Petrópolis/Belém, Vozes/FASE/NAEA-UFPA, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 523p.

LENA, Philipe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (orgs.) **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991 (Coleção Eduardo Galvão).

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 215p.

MORENO, Gláucia de Sousa. **Ação coletiva e luta pela terra no assentamento Palmares II, Pará**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas). Belém: NCADR/PPGAA/UFPA, 2011.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1981.

PRADO, JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo** 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1984a. 213p.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1984b.

SILVA, Emerson Neves. **Formação e ideário do MST**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2004. 143p.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 167p.

STEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. São Paulo: Record, 2008.

TURNER, Frederick Jackson. **Frontier and section selected essays**. (S.l): Prentice Hall, 1961. 171p.

VELHO, Octavio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 178p.

WOLFORD, Wendy. Producing Community: The MST and Land Reform Settlements in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, vol. 3 n. 4, October 2003, p. 500–520.

**Artigo recebido para publicação em:**

22 de maio de 2012.

**Artigo aceito para publicação em:**

01 de dezembro de 2012.

**Como citar este artigo:**

MORENO, Glaucia; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “O Drama da instalação das famílias agricultoras na frente pioneira amazônica”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, p. 28-64, 2012.